

# APONTAMENTOS SOBRE QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E RELIGIOSIDADE NA ESCOLA: SINALIZANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EXITOSAS A PARTIR DA DISCIPLINA “DIDÁTICA: ENSINO E APRENDIZAGEM”

Giovana Alonso<sup>1</sup>

## Introdução

“Didática: Ensino e Aprendizagem” é uma disciplina oferecida no segundo semestre do segundo ano do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos. Este relato trata-se de uma pequena demonstração das atividades que se deram ao longo do semestre na referida disciplina, mais especificamente sobre três oficinas realizadas em sua parte final e que tratavam de questões étnico raciais, de gênero e religiosidade no ambiente escolar.

Para iniciar as discussões sobre os referidos temas na disciplina, foi realizado um estudo teórico, de acordo com o cronograma estabelecido na mesma, a partir de textos que abordam temáticas presentes na realidade escolar. Dentre eles, destacam-se os textos de Braga, Gabassa e Melo (2010) - que levam em conta a perspectiva de diálogo e comunicação para o exercício de uma prática pedagógica de qualidade -, de Farias (2008a) - que trata da questão da docência e de suas diversas possibilidades de atuação -, de Souza e Viégas (2012) – que levantam a questão da relação professor e aluno na sala de aula, referindo-se aos modelos tradicionais de comportamento -, de Farias (2008b) – que aborda a questão do planejamento pedagógico -, de Franco (2012) – que traz o estudo sobre redes educativas-, de Luckesi (2012) – que contempla o inquietante tema da avaliação escolar - e de Russo e Araújo (2012) – que iniciam o debate sobre as diferenças presentes na sala de aula.

A partir do estudo dos textos acima mencionados, já começaram a surgir, durante a disciplina, questionamentos inquietantes para mim, como: “De que modo poderei unir aquilo que a escola exige de mim como professora e aquilo que os alunos exigem de mim como educadora, como ser humano?”; “Como unir os conteúdos curriculares aos conteúdos da vida, da humanidade, levando em conta a ética, a moral e a cidadania?”; “Como fazer com que meus alunos pensem as diferenças se até mesmo para mim esse tema é limitado?”. Esses questionamentos me levaram a uma única resposta: “com a minha transformação”. Eu precisava mudar meu jeito de pensar, minha maneira de ver o mundo, de enxergar os problemas. Eu necessitava de uma ampliação de horizontes quanto àquilo que penso e o que é a realidade. Seria preciso realizar mudanças e estas apenas se iniciariam a partir de minha vontade de mudar frente às inquietações, e este sentimento já estava presente em mim.

Pensar a diferença e o diferente é mais complexo do que pode parecer. Lidar com estes conceitos então é quase um desafio lançado, tal como uma maratona mundial de jogos olímpicos. Tudo isso porque alguns assuntos são muito delicados, embaraçosos de serem

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos/São Carlos. Contato: giovanaalonso@hotmail.com

tratados, passíveis de sensibilidade, ofensa, identificação e comoção. Foi pensando em sanar possíveis dúvidas (e gerar outras) que foi proposto a realização das oficinas acima mencionadas, que serão melhor explicadas no item “Estudo Prático” deste relato. Abaixo, segue apontamentos teóricos e, ao final, contribuições e considerações das oficinas e da disciplina como um todo para a minha formação.

## **Estudo Teórico**

Três textos foram propostos para leitura como material de apoio para a realização das oficinas, dentro da disciplina: “A questão racial na escola”, de Nilma Lino Gomes, “Gênero na sala de aula”, de Marília Pinto de Carvalho, e “O candomblé também está na escola. Mas como?”, de Stela Guedes Caputo.

Levando em conta que a primeira oficina oferecida chamava-se “Questão racial na escola”, farei menção primeiramente a este tema, abordando os assuntos trabalhados e as reflexões levantadas sobre ele. Com o texto de Gomes (2013), foi possível compreender o trajeto da implementação da lei 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino público e particulares de educação básica. Esta implementação leva em conta a vitória de anos de luta do Movimento Negro para tal feito, visando promover o reconhecimento e a contribuição do negro na sociedade em detrimento da visão eurocêntrica sobre a História do Brasil.

É necessário salientar que a lei 10.639/03 traz junto de si alguns entraves e desafios, muitos dos quais justificados pelo mito da democracia racial. Mas, se o Brasil não é um país racista e segregador, por qual razão deveria haver uma lei que assegurasse o contrário? De todo modo, não tratar a questão racial sempre foi justificado pelo fato de que em nosso país não havia necessidade para tal.

Segundo Gomes (2013, p. 71):

Talvez um dos caminhos para a superação dessa situação seja uma reflexão profunda sobre a discussão já realizada pelo Movimento Negro e por todos aqueles que acreditam em uma educação antirracista: a questão racial não se restringe à comunidade negra, e a superação do racismo e da desigualdade racial faz parte da luta pela construção da cidadania e da democracia para todos. Em uma sociedade multirracial e pluricultural, como é o caso do Brasil, não podemos mais continuar pensando a cidadania e a democracia sem considerar a diversidade e o tratamento desigual historicamente imposto aos diferentes grupos sociais e étnico-raciais.

Ser democrático, no contexto apresentado por Gomes (2013), é ser adepto às diferenças. Desse modo, os benefícios que a lei apresentada acarreta é a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, uma sociedade que reconheça as heranças e influências dos variados povos que possuem parte na formação social e cultural de nosso país. Além disso, é fundamental reconhecê-los em suas diferenças, nas suas distintas importâncias, sem que se desvalorize uma cultura em razão de outra.

Foi observado ainda que considerar e valorizar as diferentes culturas e etnias presentes no Brasil é valorizar a formação do povo brasileiro. É superar a contradição entre negros e brancos no que diz respeito à escravização e à selvageria que se impõe na imagem construída sobre o negro. É entender a diferença presente entre os povos como diversidade cultural pertencente ao ser humano. É exigir do professor formação continuada sobre o tema, o que traz à tona questões extremamente pertinentes à atualidade como, por exemplo: Quais as consequências da escravidão para o povo negro? E para o povo branco? Quais os benefícios de ser branco no Brasil?, dentre outras. Essas e muitas outras questões não são consideradas no ambiente escolar, mas deveriam ser, pois precisariam ser passíveis de reflexão, de refutação e reformulação de valores.

Viu-se ainda que, de modo geral, pouco se sabe sobre a África. A imagem do negro nos materiais didáticos está sempre estereotipada, ligada à fome, miséria e pobreza. Tudo o de ruim presente na sociedade remete-se ao negro. Mas quais são as consequências dessa estereotipação? Essa imagem perpassa o currículo escolar e chega a refletir nas atitudes das nossas crianças, gerando separações grupais, frases preconceituosas, atitudes racistas, que precisam imediatamente ser desconstruídas. Faz-se necessário que o africano seja visto como pertencente à história da humanidade e não como algo a parte nela. (GOMES, 2013).

Assim, como estudado, corrigir desigualdades e construir oportunidades iguais para os grupos sociais e étnico raciais é o eixo condutor da implementação da lei 10.639/03. Além disso, a partir da obrigatoriedade de estudo que a lei requisita, é possível construir posturas éticas e mudar o nosso olhar sobre a diversidade.

Viu-se ainda que para se desprender das amarras do racismo, é preciso se libertar de preconceitos, fortalecer nosso conhecimento sobre as diversas culturas que influenciam nosso cotidiano, no sentido de mudar posturas e não só de desconstruir predisposições, mas de reconstruir as mesmas, de modo contrário às ideias de racismo, desigualdade, discriminação. Essa é a via, para o autor, pela qual é possível se pensar na construção de um currículo escolar mais justo, democrático e de qualidade, abrangendo todos os seguimentos sociais que dele usufruem.

Por fim, Gomes (2013) ressalta a importância da escola para a construção dessa identidade do negro na sociedade atual. Porém, salienta que não só a escola, mas todos os espaços em que há educação, seja ela formal ou não, necessitam se comprometer para com tal situação, levando em conta a relevância social e cultural do tema.

Após a oficina sobre a “Questão racial na escola”, ocorreu a oficina sobre “Religiosidade”. Como já mencionado, o texto de apoio tem como autora Stela Guedes Caputo e aborda a intolerância religiosa no ambiente escolar, especialmente quando se trata do Candomblé.

Viu-se que o Candomblé foi trazido para o Brasil juntamente com milhões de pessoas que vieram da África para cá escravizadas. Além da crença, essas pessoas traziam consigo suas relações, marcas, costumes e representações. Por essas razões, não se pode ignorar todas as influências dos povos africanos para a construção da cultura brasileira.

Conforme visto, a prática do Candomblé, dentre suas muitas peculiaridades, leva em conta o respeito, a moral, o bem, a paz, a união e a reciprocidade. Caputo (2013) traz muitas referências das situações decorrentes dos terreiros, como linguagem, vestimentas e outras informações importantes para que haja o conhecimento desta diferenciada forma de

manifestação religiosa. Porém, muitos candomblecistas são citados no texto do autor, por esconderem a cultura na qual pertencem. Isso porque, sabendo que o candomblé é cercado de segredos e mistérios, o mesmo não é bem visto socialmente e, por isso, “precisa” ser escondido, como mencionado por algumas pessoas entrevistadas por Caputo (idem). Desse modo, é imposto um silêncio: “Pratique, mas ninguém precisa saber”. É como se o Candomblé fosse muito “pesado” para ser entendido e aceito socialmente.

Foi estudado ainda que, por muito tempo, a prática de outras religiões que não a instituída pelo Estado foi considerada ofensiva e pecaminosa. Locais eram invadidos e multas eram cobradas àqueles apanhados praticando tal “injúria”. É interessante se considerar que, mesmo que atualmente a liberdade religiosa seja instituída, muitas pessoas declaram-se católicas, em ambientes laicos, até mesmo e principalmente na escola, para que não sejam discriminadas.

Foi observado ainda que muitas pessoas (e até mesmo crianças) são privadas de manifestarem seus gostos, seus interesses, suas crenças e superstições, em razão da vergonha, do medo de sofrerem o que seus antepassados sofreram. Assim, a discriminação é o fator pelo qual muitos deixam de frequentar lugares, de impor seus valores, escondendo suas origens, pretendendo-se escapar do preconceito.

Neste ponto, pode-se perceber que o estudo das Relações Étnico Raciais é extremamente ligado ao estudo sobre Religiosidade, já que as religiões de matriz africanas são as mais atingidas pelo preconceito e pela discriminação. Tal relação pode ser melhor compreendida com a fala da entrevistada Joyce, no texto de Caputo (2013, p.172): “*É negra! Só podia ser macumbeira*”. Nessa breve frase, podemos perceber expresso um ódio que é imoral e cheio de significados. Um ódio que perdura gerações e gerações e que precisa se romper imediatamente. Ódio tal que é motivo de tantas discórdias, sofrimento, violências, mágoa e rancor.

As crianças que pertencem a outros segmentos religiosos que não àquela aceito, parecem não existir ou são encaradas como um problema a ser resolvido (CAPUTO, 2013, p.173). A situação tornou-se ainda pior com a instituição do Ensino Religioso nas escolas, que nada mais fez do que enfatizar ainda mais a religião predominantemente aceita, ainda que não seja esta a proposta da lei.

Com este estudo, foram-me suscitadas as seguintes inquietações: “Qual o meu papel nessa situação?”; “Até que ponto o meu silêncio contribui para práticas incoerentes e discriminatórias como estas que acabo de presenciar com minha leitura?”.

Por fim, e de modo não menos importante, participamos da oficina sobre “Gênero na escola”.

O texto indicado para o estudo dessa oficina foi o texto “Gênero na sala de aula: a questão do desempenho escolar”, de Marília Pinto de Carvalho. Dentre os diversos apontamentos da autora, as sinalizações mais importantes referem-se à diferenciação atribuída aos meninos e meninas no ambiente escolar no que diz respeito a estereótipos de alunos bons e ruins.

Gênero, segundo Carvalho (2013), é concebido como aquilo que é socialmente construído em oposição ao que seria biologicamente dado, implicando um sistema de símbolos e significados que decorrem de uma relação de poder no âmbito social. Essa construção

relaciona-se a uma diferenciação hierárquica entre masculino e feminino, em que este primeiro estaria a obter privilégios diante do segundo.

Como visto, analisar as questões de gênero vai além da menção a indivíduos considerados machos ou fêmeas, homens e mulheres; mas trata-se de considerar questões que tocam a dimensão econômica e política da vida das pessoas, perpassando os quesitos étnicos e de classe.

Segundo Carvalho (2013), com base em autoras como Joan Schott e Linda Nicholson (autoras pós-estruturalistas), os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social.

No que se refere à educação escolar, os estudos de Carvalho muito tem a contribuir para a nossa compreensão das relações de gênero existentes na sociedade. Assim, partindo da observação das relações desiguais existentes na sociedade, as mesmas podem ser percebidas muito cedo com meninos e meninas, na escola, por exemplo, quando se enfatizam comportamentos e atitudes ditas femininas e masculinas. Desse modo, no sentido do comportamento escolar, meninos estariam designados a determinadas atitudes, como problemas de indisciplina, transgressões, ou então com atitudes mais exaltadas. Foi visto que o menino considerado bom aluno, segundo as pesquisas, são aqueles que interagem, que falam, expõem suas opiniões, fazem perguntas e são curiosos. Ao contrário das meninas, que são referidas como boas alunas quando “se comportam bem”, quando silenciam, ficam “quietinhas”, tem seus cadernos bem caprichados, ou seja, quando supostamente colocam em prática sua “feminilidade”. Com isso, os problemas escolares são considerados mais correntes entre meninos do que entre meninas, pois se leva em conta tal perfil de feminilidade. E os problemas são considerados ainda mais graves quando envolvem alunos não brancos, por exemplo.

Como estudado, aos meninos é permitido certo grau de agressividade. Entretanto, as meninas que demonstram comportamentos agressivos são consideradas “anormais”, fora dos padrões. Portanto, segundo Carvalho (2013, p. 120):

A falta de clareza e de discussão crítica sobre os objetivos curriculares e consequentemente os critérios de avaliação também contribuem para que as professoras lancem mão de repertórios e valores pessoais, marcados pelos preconceitos de classe, raça e gênero presentes no senso comum.

Portanto, compreender os conceitos ligados à questão de gênero - como feminilidade, masculinidade, violência física e simbólica, oportunidades igualitárias de escolarização e trabalho, feminismo e femismo, por exemplo -, é fundamental para que seja possível enfrentar os problemas centrais inerentes à educação escolar nos tempos atuais.

## **Estudo Prático**

Durante as oficinas, foi possível perceber que a teoria é necessária para que a nossa formação seja alicerçada numa base sólida e concreta de argumentação e pesquisa. Mas também foi relevante o esclarecimento de que, se esta base não se efetiva na prática, não se

torna palpável, aceitável, manipulável e exercitada, ela não recebe sentido, não se faz necessária.

Na oficina das Relações Étnico Raciais pudemos apreciar o trabalho de uma jovem professora que vem desenvolvendo projetos de grande relevância na rede Municipal de Ensino de nossa cidade. A mesma articula o necessário ao aceitável dentro da sala de aula, e também fora dela, quando interpõe ao seu projeto atividades que levam em conta a cultura Africana, por exemplo. Percebe-se que a mencionada professora está ancorada e comprometida com um trabalho de qualidade e efetivo, levando em conta questões que se colocaram a ela como importantes desde sua formação inicial em Pedagogia.

Interessar-se pelo tema das Relações Étnico Raciais, pelo que efetivamente pode-se perceber, vai além da cor da pele, já que a professora em questão era de etnia branca. Interessar-se pelo tema é interessar-se pelas relações humanas interpostas na sociedade, nas injustiças. É mostrar-se insatisfeito com a inconsistência social das relações de poder, de dominação, de discriminação. É ser movido por uma luta que, apesar de muitos referirem-se a ela como “não é minha”, diz respeito diretamente a toda gente, já que são elas que ditam os caminhos que seguem a humanidade.

A oficina sobre Religiosidade, por sua vez, trouxe à tona lembranças de nossa escolarização, já que foi proposto o resgate de experiências escolares pessoais em que o Ensino Religioso tivesse se dado. Na maioria dos casos mencionados, o mesmo foi exercido sem preparação por parte dos professores, sem consistência com a diversidade das religiões existentes no país e com as contribuições culturais dos mais variados seguimentos e crenças. A reflexão sobre os casos mencionados foi de grande valia, já que foi a partir deles que nossas concepções e formulações atuais foram formadas, construídas e mensuradas. Se a experiência foi de qualidade, contribuições favoráveis à formação de um indivíduo tolerante e caridoso se deram. Se as mesmas não foram tão qualitativas assim, justifica-se a formação de indivíduos intolerantes, agressivos no que diz respeito ao aceite do diferente, fechado e bloqueado a aprendizagens múltiplas.

Já na oficina sobre Gênero, pode-se perceber que a temática vai além do que muitos estão acostumados a pensar, que é sobre o homossexualismo. Pensar gênero, como pudemos compreender, é pensar as relações de poder em suas mais variadas formas, levando em conta a subordinação, a violência, os julgamentos, as hierarquias e as construções. É analisar a movimentação em torno desses conceitos, como, por exemplo, o movimento feminista. Mas o que se tem discutido sobre isso no ambiente escolar? Pouco coisa, como visto. O assunto passa batido, seja por falta de interesse da instituição ou por falta de preparo do profissional da educação.

Foi possível perceber, com a oficina de Gênero, que as oportunidades são diferenciadas para os meninos e para as meninas, desde a escolarização até a vida adulta. Diferenças que um dia já foram mais marcantes e que hoje já não deveriam existir, mas existem - com menos força (ou de modo menos evidente). Além disso, pensar gênero é pensar em outras relações presentes na sociedade, como classe e etnia também.

Nesse ponto das atividades/oficinas, pode-se perceber todas elas interligadas. Todas tratando a diferença como modo de preservação da igualdade e da dignidade, mas não a partir da intenção da padronização dos assuntos, mas da aceitação do diferente nas mais variadas formas a partir de um conceito em comum: a socialização. Também, ao final da oficina sobre Gênero, pelo menos no meu caso, ficam as seguintes e últimas indagações: “O que cabe a mim agora?”; “O que posso e vou fazer para participar desse momento de transformação que se apresenta na sociedade?”; “Que caminho vou dar à minha formação?”. Os caminhos apresentados a partir das oficinas - como o trabalho a partir de projetos, por exemplo - são viáveis e válidos, mas cabe a mim, a partir de minha prática e de minhas necessidades como futura educadora, observar prioritariamente as necessidades de meus alunos, percorrer e traçar outros caminhos que também possam valorizar a condição humana em termos de respeito, igualdade e tolerância.

### **Contribuições**

Pensar a minha formação a partir do aprendido, vivenciado, experimentado na disciplina “Didática: Ensino Aprendizagem” desde seu início até a realização das oficinas sobre Relações Étnico Raciais, Gênero e Religiosidade é pensar uma formação continuada, objetiva, realizada na prática, no atual, no necessário para a satisfação das demandas sociais contemporâneas.

Perceber que a prática pedagógica, a ação docente e o cotidiano escolar vão além do currículo prescrito, sistematizado e pretendido. Pensar essa prática é pensar a formação humana, a realização e a contemplação das diferenças, o aceite ao diferente como oportunidade de vir a ser. Vir a ser o que há um tempo deixou de ser, ou nunca foi. Apenas ser. Ser igual. Ser diferente. Ser gente. Ser, ser humano. Ser (in) conveniente. Respeitar o outro a partir do diferente de mim.

### **Reflexões Finais**

Sinônimo de diferente é desigual, atribuição tal que não condiz com o contexto vivenciado e até aqui exposto. Diferente/Diferenças, aqui, refere-se ao modo diferenciado, diversificado de ver o outro, de enxergar o outro, o outro que não sou eu, mas que de uma forma ou de outra é pertencente a mim nas relações, nas identificações. Nem sempre igual nas superstições, nas opções, nas razões. Mas igual, e efetivamente igual nos direitos. E nos deveres! Direito ao respeito, direito à promoção, adequação e valorização. Tais situações de direitos e deveres que não se referem à cor da pele, dos olhos, à aparência do Deus ao qual faz jus suas crenças ou à opção afetivamente acolhida/escolhida, mas que dizem respeito à cidadania, à entrega humana, dignidade e pertencimento enquanto homem e mulher.

Pensar que no “meu mundo”, se eu me mantiver fechada, trancafiada, não tenho poder algum, nem mesmo sobre mim. Mas quando liberta de amarras, de preconceitos, de

predisposições, predeterminações, aliás, livre de todo “pre” alguma coisa - até porque só se sabe de fato sobre algo depois de conhecer este algo -, eu posso ser mais.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Fabiana M.; GABASSA, Vanessa; MELLO, Roseli R. Eu no mundo e com os outros: uma perspectiva de diálogo e comunicação. *Aprendizagem dialógica: ações e reflexões de uma prática educativa de êxito para todos (as)*. São Carlos: EdUFSCar, 2010, p. 13-36.

CAPUTO, Stela Guedes. O Camdomblé também está na escola. Mas como? In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. *Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013, p. 149-181.

CARVALHO, Marília Pinto. Gênero na sala de aula: a questão do desempenho escolar. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. *Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013, p. 90-124.

FARIAS, Isabel. M. S. de (Org). Fundamentos da prática docente: elementos quase invisíveis. *Didática e Docência: aprendendo a profissão*. Fortaleza: Líber Livro, 2008a, p. 31-51.

FARIAS, Isabel M. S. de et al. O planejamento docente. In: FARIAS, Isabel M. S. de et al. *Didática e Docência: aprendendo a profissão*. Brasília: Líber Livro, 2008b, p. 103-126.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Práticas Pedagógicas nas múltiplas redes educativas. In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Orgs.). *Temas de Pedagogia: diálogos entre Didática e Currículo*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 169-188.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: deságios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. *Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013, p. 67-89.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação e Aprendizagem na escola. In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Orgs.). *Temas de Pedagogia: diálogos entre Didática e Currículo*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 169-188.

RUSSO, Kelly; ARAÚJO, Cíntia. M. As diferenças estão ‘bombando’ na sala de aula: concepções docentes sobre diferença no cotidiano escolar. *32ª Reunião Anual da Anped*. GT04. 2009.

SOUZA, Marilene P. R.; VIÉGAS, Lygia de Souza. As relações entre professores e alunos em sala de aula: algo mudou, muito permaneceu... In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Orgs.). *Temas de Pedagogia: diálogos entre Didática e Currículo*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 379-393.